

## A legitimação da morte nos regimes autoritários: a volta dos que não foram?

The legitimation of death in authoritarian regimes  
The return of those who have not gone?

João Décio Passos \*

### Resumo

A morte acompanha os regimes autoritários de ontem e de hoje, como estratégia de seus *modi operandi* e de seus sistemas de crença. O autocrata encarna em sua pessoa e promessas uma totalidade salvadora que separa os bons dos maus, os que devem viver e os que devem morrer. A categoria “necropolítica” revela um potencial hermenêutico que permite olhar de modo circular contextos e autores do passado e do presente. A reflexão faz um resgate desses autores e ilumina com suas categorias os governos de ultradireita atuais, tendo como contexto imediato o governo de Jair Messias Bolsonaro concluído em 2022. A legitimação da morte expressa a continuidade política entre os regimes autoritários do passado e do presente com suas lógicas salvadoras violentas. A encarnação do mito salvador na história instaura o tempo e o espaço das rupturas com as normalidades institucionais, quando o parâmetro da vida deixa de ser a máxima que fundamenta a moral e as normas legais. A reflexão seguirá um percurso indutivo: parte da constatação da necropolítica como prática do governo do então presidente Jair Bolsonaro, verifica a lógica da violência e da morte nas redes digitais e expõe a hipótese da legitimação da morte por parte dos regimes autoritários.

**Palavras-chave:** Autoritarismo. Ideologia. Morte. Necropolítica. Política. Sacrifício. Salvação.

### Abstract

Death accompanies the authoritarian regimes of yesterday and today, as a strategy of their *modi operandi* and belief systems. The autocrat embodies in his person and promises a saving totality that separates the good from the bad, those who must live and those who must die. The category ‘necropolitics’ reveals a hermeneutic potential that allows us to look at contexts and authors from the past and present in a circular way. This reflection revisits these authors and uses their categories to shed light on current ultra-right-wing governments, with the immediate context being the government of Jair Messias Bolsonaro, which ended in 2022. The legitimisation of death expresses the political continuity between the authoritarian regimes of the past and the present with their violent saving logic. The incarnation of the saviour myth in history establishes the time and space of ruptures with institutional normalities when the parameter of life ceases to be the maxim on which morals and legal norms are based. The reflection will follow an inductive path: it starts from the observation of necropolitics as a practice of the government of then president Jair Bolsonaro, verifies the logic of violence and death on digital networks and exposes the hypothesis of the legitimisation of death by authoritarian regimes.

**Keywords:** Authoritarianism. Ideology. Death. Necropolitics. Politics. Sacrifice. Salvation.

---

Artigo submetido em 14 de agosto de 2024 e aprovado em 07 de dezembro de 2024.

\* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduado em Teologia pela Pontifícia Faculdade de teologia N.S. da Assunção. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0003-4390-0423. E-mail: jdpassos@puccsp.br.

## Introdução

O retorno dos regimes autoritários de extrema direita revela em suas dinâmicas retrocessos históricos e, ao mesmo tempo, lógicas de continuidade. As almas modernas se surpreendem com retomadas que seriam arcaicas e negadoras das conquistas modernas supostamente definitivas. Hoje estão evidentes reedições de narrativas e posturas políticas antimodernas naturalizadas como normais e legítimas. A volta dos que não foram? As cenas políticas ultraconservadoras entram pela porta da frente e se instalam como donos da casa, na sala de estar dos regimes democráticos. O roteiro desses regimes pode ser pontuado por pautas regulares em suas narrativas e práticas. A presente reflexão foca na problemática da legitimação da morte. A morte naturalizada como estratégia política de salvação dos homens de bem e, por conseguinte, de eliminação dos inimigos causadores de todos os males acompanha essas pautas. Os líderes salvadores da pátria separam os bons dos maus em suas promessas que, gradativamente, são traduzidas politicamente quando compõem seus governos. A morte naturalizada habita de modo explícito esses governos como estratégia necessária à sobrevivência da nação ameaçada de dissolução. A sequência *medo-ódio-morte* se mostra regular nessa lógica salvacionista encarnada por líderes messiânicos de ontem e de hoje.

A hipótese da legitimação da morte como dado inerente aos regimes autoritários constitui, assim, parte de um todo que será exposto em três passos nas reflexões que seguem: as concreções da necropolítica no recente governo brasileiro<sup>1</sup>, os novos mecanismos de construção e execução dos governos autoritários por meio de suas bolhas virtuais e os mecanismos de legitimação da morte. Os regimes/governos de ultradireita expressam retrocessos históricos que permitem ou exigem confluências de sistemas teóricos do passado e do presente, como o leitor poderá observar no desenvolvimento da reflexão. O objeto de estudo, de fato, pede teorias adequadas à análise de suas problemáticas. Nesse sentido, a noção atual de necropolítica afina-se com autores que se esforçaram por compreender os mecanismos subjacentes ao nazifascismo nas décadas de

---

<sup>1</sup> Embora o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro já tenha sido concluído, a lógica autoritária que o sustentou permanece viva e ativa entre seus seguidores. Os fatos recentes do atentado a bombas ao Supremo Tribunal Federal e o plano de golpe incluindo assassinatos corroboram a atualidade da hipótese do vínculo entre morte e regimes autoritários.

trinta e quarenta. Não se trata de afirmar uma continuidade simples ou uma mera reprodução desse regime que assolou o mundo no século passado nos propósitos de governos atuais<sup>2</sup>, tanto quanto de assumir de modo fundamentalista a explicações dos analistas dessa época. A reflexão coloca em diálogo os autores do passado a partir do eixo da necropolítica e expõe os mecanismos de legitimação de morte por eles estudados. O fato é que as semelhanças históricas entre os antigos e os novos regimes autoritários provoca o resgate de autores e obras daquela época e revelam atualidades analíticas surpreendentes. Os autocratismos do passado e do presente adotam a violência e a morte como estratégias de execução de seus projetos infalíveis e salvacionistas anteriores e superiores a todo ordenamento instituído.

### 1. A necropolítica e suas fisionomias

Se for verdade que as políticas de morte acompanham as dinâmicas regulares do poder, conforme explica Mbembe (2018), nos regimes autoritários elas se mostram com provocante visibilidade e vão tornando-se o modo regular de exercer o poder em nome da segurança e da salvação política. A categoria “necropolítica”<sup>3</sup>, embora recente no campo das ciências sociais, desvela um mecanismo inerente aos autoritarismos políticos de ontem e de hoje e tem seus paralelos nos analistas que se dedicaram a compreender a lógica do nazifascismo em meados do século passado. A morte do outro elevado ao status de inimigo a ser eliminado compôs, de fato, as pautas dos regimes que dominaram o século passado, como sistematizou Hannah Arendt em sua obra clássica *Origens do totalitarismo*. A relação entre morte e autoritarismo nazifascista foi desvelada por pensadores de distintas matrizes teóricas nas décadas que testemunharam a ascensão, consolidação e queda do regime. Em carta escrita a Albert Einstein em 1932, Freud estabeleceu uma relação direta entre o mito historicizado no líder autoritário e a violência, na medida em que faz eclodir, no mesmo ato, as zonas

---

<sup>2</sup> Sobre a precisão e conveniência terminológicas para designar as conjunturas políticas atuais, conferir: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos; análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, 2018; DULCE, M. José F; D'AMBROSIO, Marcelo J. *Neofascismos e o capitalismo do 1º*. São Paulo: Tirant do Brasil, 2020.

<sup>3</sup> Cf. Categoria cunhada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe tendo como matriz teórica a noção de “biopoder” de Michel Foucault e as reflexões políticas de Hannah Arendt (totalitarismo) e Giorgio Agamben (Estado de exceção). *Necropolítica*, p. 11. Publicada pela primeira vez em 2003 na revista americana *Public Culture*, a categoria ganhou o mundo acadêmico por meio do ensaio citado nessa reflexão. Conferir obra mais completa em inglês: MBEMBE, A. *Necropolitics*. Durham and London: Duke University Press, 2019.

do inconsciente e as fases históricas arcaicas pré-civilizacionais, ambas marcadas por dinâmicas destrutivas (1996, p. 220). Um ano depois, Erich Fromm interrogava sobre o retrocesso da liberdade na Europa libertária e via no autoritarismo emergente a destrutividade violenta (1974, p. 118-150). Ainda nos anos quarenta, o psicólogo G. Allport investigava a lógica do preconceito e compunha uma escala na qual o genocídio aparecia como o comportamento extremo (1971, p. 29). Ao mesmo tempo, o epistemólogo Karl Popper explica que os retrocessos autoritários revelam uma civilização que ainda não foi plenamente construída e, nos momentos de crise, retorna às seguranças da organização tribal que segrega o grupo de eleitos de seus demais inimigos (1959, p. 15). Em sua obra citada Hannah Arendt explicitou a relação inerente entre totalitarismo e aniquilação do humano em nome de uma humanidade pura a ser reconstruída (2000, p. 448-511). A distinção moral entre a morte e a vida como parâmetro último do consenso dos povos e das leis positivas cede lugar a uma ação que dispensa as instituições e se coloca em nome de uma lei natural, histórica ou divina que tudo comanda de modo absoluto pelas ações infalíveis dos salvadores da pátria. Não estamos distantes dessas constatações. Ao contrário, são análises que oferecem luzes para a compreensão do que tem ocorrido na ascensão de governos de extrema direita em pontos diversos do planeta (Mudde, 2022).

Contudo, essa constatação não expressaria uma mera reedição histórica motivada tão somente por uma suposta crise de época, mas expressaria, segundo René Girard, precisamente o retorno daquilo que nunca desaparece, a presença do mecanismo sacrificial que funda toda sociedade humana (1990, p. 361-365). A perspectiva antropológica busca o transfundo universal da renitente violência que mata de novo o diferente entendido como inimigo e obtém na força simbólica o equilíbrio do grupo acuado pelo medo de dissolução. De toda forma, os mecanismos da violência parecem acompanhar a marcha humana na história como um recurso que emerge para além dos cálculos e das expectativas referenciadas por consensos civilizacionais.

O fundamental desses encontros teóricos não é promover tão somente diálogos epistemológicos, mas lançar luzes sobre a realidade atual. O Brasil experimentou de maneira emblemática e, ao mesmo tempo, original as dinâmicas

destrutivas legitimadas como normais e necessárias com as estratégias necropolíticas do governo bolsonarista (2018-2022). Esse governo estruturou-se como um sistema marcadamente autoritário em suas narrativas e práticas (Rocha, 2021; Dieguez, 2022). Embora sintonizado com outros governos contemporâneos de tendência semelhante, ofereceu uma amostra original da persistência ou do retorno de regimes populistas e nacionalistas (“patriotistas”) que escreveram as tragédias políticas do século passado. E não parece se tratar unicamente de uma lógica implícita de seu governo, mas de uma narrativa explícita que tem consequência políticas concretas, como ficou patente no caso das vacinas contra o coronavírus. Não é necessário documentar tudo que ocorreu nessa empreitada que legitima a morte como normal, por meios narrativos e por meio de políticas públicas, sendo o resultado a morte real de sujeitos individuais e coletivos. Os fatos foram públicos e permanecem disponíveis nos sítios da Internet. Na verdade, o governo do Jair Messias (muito adequadamente chamado de Mito por seus seguidores) não apresentou surpresas em relação às narrativas que antecederam sua posse durante a campanha. Já havia feito publicamente apologia à tortura, ao racismo, à homofobia, ao estupro, ao extermínio indígena e à eliminação dos vermelhos comunistas. As mídias veicularam com relativa naturalidade essas narrativas de ódio e sem temores o judiciário acompanhou a construção da legitimidade da morte que tomava forma nos gestos e discursos do candidato à presidente em 2018. Sem impeditivos legais, a vitória do candidato foi homologada pelo TSE, sob a presidência da Ministra Rosa Weber.

A cena de um regime necropolítico foi sendo desenhada e não foi preciso pagar para ver a realização de suas promessas quando se instalou no governo. Os liberais manifestaram um susto injustificado sobre os desdobramentos do governo, seja nos quadros que compuseram seus escalões, seja nas políticas implementadas. A overdose antidemocrática seguia o script anunciado: estado laico, mas governo teocrático, ataques ao judiciário, negação da Constituição, incitação do ódio, banalização da morte durante a pandemia, incentivo ao agronegócio que destruía áreas preservadas, defesa das *fake News*, envolvimento com personagens milicianos, liberalização das armas, desmonte das políticas sociais, presença de clérigos nos cargos oficiais e dentro da máquina administrativa etc. Instalado legitimamente no aparelho estatal o governo

bolsonarista exibiu o espetáculo diário da destrutividade da democracia, do estado laico e de direito e dos padrões instituídos da civilidade. A banalização da morte não foi apenas um pressuposto presente nas políticas públicas, mas fez parte de suas narrativas, sobretudo quando o número de mortes avançava com a pandemia do Covid 19. “Uma gripizinha”, “Afinal todos vão morrer”, “Não sou coveiro”, “Vamos deixar de mi, mi, mi”...! A afirmação do ministro chefe da casa civil, Onyx Lorenzoni, expressa de modo emblemático a legitimação da morte como estratégia de governo quando disse que o general Pinochet havia concertado a economia do Chile e que, para isso, teve que dar “um banho de sangue”. A morte é justificada como estratégia de projetos políticos e econômicos.

Sintomas de um governo que reproduz a lógica dos regimes totalitários, como bem expressa a afirmação atribuída a Stalin: “Uma única morte é uma tragédia; um milhão de mortes é uma estatística”. Fato ou Fake, a afirmação expressa os processos de legitimação da morte, sobretudo em contextos de repressões e guerras. As mortes são números inevitáveis das políticas salvacionistas que, afinal, são direcionadas a alguns fiéis seguidores do bem que devem viver. A vida de uma parcela eleita da população compensa por sua própria superioridade a morte de muitos. Além do mais, a estabilidade econômica a que o Estado deve igualmente sua estabilidade deverá sobrepor-se ao princípio da vida, assumido como valor inegociável no Estado de direito. A violência e a morte são integradas como normais para os defensores do regime salvacionista, reação necessária aos inimigos perigosos a serem eliminados (Paxton, p. 80-81). A morte é uma rotina que deve ser naturalizada pelas narrativas políticas e assimilada como fato inevitável e até mesmo necessário pelas políticas públicas. O caso das experiências com os “Kits covid” em pacientes portadores do coronavírus em Hospitais da Prevent Senior em São Paulo expôs de modo escandaloso essas políticas executadas pelo governo. E a sequência de medidas governamentais legitimadoras da morte marcaram o governo, desde a liberação das armas para “os homens de bem”<sup>4</sup> até a liberação das áreas de garimpo em reservas indígenas, provocando a morte e intoxicação de inúmeros nativos.

---

<sup>4</sup> Até o terceiro ano de governo, segundo reportagem do *Portal Terra* de 26 de julho de 2022, o número aumentou 170%. Cf. <https://www.terra.com.br/noticias/numero-de-armas-liberadas-mais-do-que-dobra-apos-medidas-de-bolsonaro,ebd7b6fce842876cf907bfo02d51ab22hosoam59.html>.

A noção de necropolítica não poderia ser mais adequada para definir o governo: uma maquinaria política voltada direta e indiretamente para a morte por meio de narrativas, posturas e políticas públicas (Mbembe, 2018, p. 49, 54-56). O faro da morte parece, de fato, comandar as posturas governamentais, de forma que onde tiver que escolher entre aquilo que produz a morte e que pode gerar a vida, a escolha recai sempre sobre a morte. A implantação do governo dispensa os inúteis exige a eliminação dos inimigos, a limpeza dos territórios, a colonização das narrativas midiáticas, a negação da ciência etc. Para tanto, o estado de exceção (Agamben, 2011) está sempre no horizonte. O líder messiânico é superior a todas as estruturas instituídas. A eliminação dos outros (inimigos) é vista sempre como legítima, ainda que exista estado de direito. Aliás, o próprio estado deve ser eliminado, na medida em que constitui um entrave para o exercício do poder salvador. Os territórios do poder do bem devem descartar e/ou eliminar os territórios de fora (dos indígenas, dos quilombolas, das universidades, das organizações científicas, da banda podre da Igreja católica etc.). Os de fora do regime – do apoio incondicional, das massas, das bolhas, dos órgãos de controle do próprio Estado – podem ser eliminados como inimigos do bem. O soberano define quem é do bem e quem é do mal e, em seguida, busca as formas de eliminação dos que são do mal (Mbembe, 2018, p. 41-42).

O governo nacionalizou suas origens militares e suas afinidades milicianas com falanges treinadas e executadas nos morros cariocas. A milícia legitimada conta, assim, com o apoio de membros das forças armadas, com a população armada para defender-se de todos os inimigos, inclusive os inimigos políticos, com milicianos armados nos territórios indígenas, jagunços do garimpo e do agronegócio. Do gesto símbolo da campanha – polegar e indicador encenando uma arma – à maquinaria de guerra implantada no governo (Mbembe, 2018, p. 58), os territórios do bem e do mal foram construídos por meios virtuais e materiais. A defesa intransigente das *fake news* dedicadas à divulgação da violência contra as instituições do Estado e de seus divulgadores, a absolvição e condecoração de Daniel Silveira<sup>5</sup> a assumida definição do território amazônico

---

<sup>5</sup> Daniel Lucio da Silveira é um ex-policia militar e ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi preso em 16 de fevereiro de 2021, após publicar um vídeo com injúrias e ameaças a ministros do Supremo Tribunal Federal. Foi condenado em abril de 2022 a oito anos e nove meses pelo Supremo Tribunal Federal, recebendo a anulação das penalidades por meio do decreto da graça constitucional concedido por Jair Bolsonaro.

como perigoso e hostil aos defensores dos indígenas e do meio ambiente, a relativização dos massacres e da violência policial, a inércia e condescendência dos aparelhos de controle do Estado, de modo particular a Procuradoria Geral da República, são as expressões claras de uma maquinaria de guerra instalada como defesa da morte em todos os seus aspectos.

A velha ideia tirânica de que o soberano tem o direito de matar ou de escolher os que devem viver e os que podem morrer (Mbembe, 2018, p.42) compôs a pauta subjacente à mentalidade do Mito e de seus gabinetes paralelos. Os passos da necropolítica foram construídos com precisão e eficácia: a construção das narrativas de ódio aos inimigos, a escolhas dos escalões regidos pelos mesmos princípios maniqueístas, a definição das políticas públicas (aparelhadas), a cooptação da maioria do parlamento (compra), a composição do judiciário (ministro terrivelmente evangélico), a incitação permanente das bases políticas (bolhas virtuais), a criação de PECs (para além do ordenamento constitucional). A necropolítica vai se tornando um sistema cada vez mais complexo composto de todo-parte, visível-invisível, individual-grupal, espontâneo-legal, social-político, burocrático-cultural, governamental-estatal etc. A morte se instala como inevitável e necessária para a execução do governo salvacionista exercido por um ser messiânico em nome de uma divindade (Passos, 2021).<sup>6</sup>

As políticas de morte são mais eficazes com governos autoritários e teocráticos. Os poderes autocráticos exercidos em nome de uma fonte absoluta se legitimam como absolutos por meio de um líder investido da missão de governar ou de salvar a nação. Esses se apresentam como juízes que distinguem os do bem e os do mal e estruturam cruzadas para a eliminação dos malignos. Autocracia, teocracia e necrocracia são aspectos de um mesmo regime centrado na ideia de salvação da pátria. O líder absoluto exige um fundamento absoluto. Ele se apresenta sempre como um mito historicizado que esgota em sua pessoa toda potencialidade de superação das crises e de construção de um reino duradouro, seja na cronologia prevista de um reino de mil anos no Terceiro Reich, na

---

<sup>6</sup> O plano de assassinato desenhado pelos orquestradores do golpe logo após a eleição do atual governo brasileiro, conforme dossiê da Polícia Federal, corrobora de forma estarrecedora a legitimação da morte por parte dos projetos autoritários.

cronologia real dos quarenta anos na ditadura de Franco ou nas pretensões de continuidade no poder de D. Trump e de Messias Bolsonaro. O mito se instala na história em uma inevitável ruptura espacial, na separação irreconciliável entre o sagrado e o profano, como explica M. Eliade: “Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo, e há outros espaços não-sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma amorfos” (1999, p. 25). O sagrado concentrado em determinados líderes separa os bons dos maus já não como condição moral abstrata ou metafísica, mas como territórios políticos dos “fortes” e dos “amorfos”, ou seja, dos politicamente legítimos e superiores e dos ilegítimos e inferiores a serem eliminados. Por essa razão, Freud vê no mito encarnado politicamente a própria encarnação da violência e da morte. O mito faz emergir as forças inconscientes e arcaicas que agem no subsolo da alma e da história com seus impulsos de morte (1996, p. 220). O mito historicizado seria, portanto, um retorno ao pré-civilizacional, àquilo que é anterior aos pactos éticos da igualdade fundamental que regula as relações dos indivíduos e povos.

A percepção necropolítica separa e, ao mesmo tempo, pressupõe a separação (territorial, moral, política e ontoteológica) entre os que podem (ou devem) morrer e os que devem viver. O mito reina no território sagrado dos seres segregados e conduzidos por Deus para implantar seu reino da terra dos homens maus, dos governos corruptos e dos inimigos da pátria e dos homens de bem (Popper, 1959, p. 25-27).

## **2. As novas dinâmicas do autoritarismo**

As tendências políticas autoritárias atuais mantêm os velhos princípios e inovam nos seus métodos. Elas vão matando no mesmo movimento necrófilo que legitima e provoca a morte de indivíduos e grupos e os próprios regimes democráticos. A morte da democracia tem seguido novos enredos, como bem constata Levitsky e Ziblatt (2018). Em décadas anteriores as ditaduras se impunham por meio de golpes armados, a partir dos quais se instalavam regimes autoritários. Embora justificados sempre em nome da democracia, eram assumidamente autoritários por romperem com as regras do Estado de direito e adotarem controles políticos repressivos. O autoritarismo se instala em nossos dias de forma processual e construtivista, por meio de estratégias culturais que,

embora reproduzam certos padrões antigos, contam com bases tecnológicas (culturais, sociais, políticas e cognitivas) que operam como “cavalos de Troia” por dentro dos regimes democráticos, ou seja, dos ordenamentos do aparelho republicano. É pelas vias regulares das campanhas políticas, das eleições livres e dos empossamentos legais e por dentro dos poderes instituídos que os projetos de ultradireita instalam seus governos e vão revelando suas posturas autoritárias. Se os antigos golpes eram gestados nas clausuras das forças armadas ou de tramas secretas de elites, hoje eles são cultivados pelas mídias, nas plataformas de partidos políticos e, em muitos casos, pelas casas legislativas, contando, muitas vezes, com a condescendência das instâncias judiciárias.

O que tem de antigo, como se verá a seguir, é a necessária construção do inimigo com o apelo suficiente para justificar as posturas autoritárias, a construção simultânea do herói político salvador da pátria e a base massiva de apoio. O populismo é o nome adotado para designar essa postura, onde a ligação direta entre o líder e a massa estabelece a base suficiente para o exercício político que dispensa quando necessário as mediações instituídas do aparelho e do funcionamento democráticos. Os regimes autoritários operam com lógica própria da ordem constituída pelo *líder-promessa-massa*, ordem autossuficiente que funciona com suas regras para além (antes e acima) dos ordenamentos regulares das instituições democráticas e se apresenta como força transcendente (quase sempre mandada por Deus), como projeto perene (sem tempos definidos de mandato) e como promessa infalível (que realiza o que promete). O que Max Weber definiu como origem da dominação carismática pode explicar adequadamente essa lógica autoritária. Essa se sustentaria a partir da indignação, do entusiasmo e da esperança (Weber, 1997, p. 194). O autoritarismo se impõe como legítimo não somente por meio de discursos justificadores de seu propósito, mas, sobretudo, por angariar uma base de adesão às suas promessas de salvação das crises históricas. *Crise-promessa* compõe as duas rodas do movimento permanente que alimenta os regimes de ultradireita. Com efeito, o fim da crise cessa a urgência e a necessidade (o entusiasmo) da promessa e, quase sempre, dispensa o líder, ainda que este se apresente com pretensões de perenidade.

O texto centenário do sociólogo expõe com surpreendente precisão o perfil autoritário dos governos de ultradireita hoje atuantes:

O “reconhecimento” puramente fático, mais ativo ou mais passivo, de sua missão pessoal pelos dominados, nos quais se apoia o poder do chefe carismático, tem sua origem na fiel consagração ao extraordinário e inaudito, estranho a toda norma e tradição e, com isto, em virtude de proceder da indigência e do entusiasmo, ao estimado como divino. Por isso a dominação autenticamente carismática não reconhece princípios e regulamentos abstratos, não admite nenhuma jurisdição “formal”. Seu direito “objetivo” é o resultado concreto da vivência pessoal da graça celestial e da heroica força divina (Weber, 1997, p. 851).

A conjuntura atual é radicalmente nova, na medida em que a polis midiática vai impondo-se como foro político relevante e, em muitos casos, hegemônico. Pelas redes sociais não é mais necessária a “jurisdição formal” e a “missão pessoal” junto aos dominados rege-se por sua própria “promessa”, sem necessitar de qualquer texto que direcione o “entusiasmo” com projetos governamentais objetivos. Os canais usuais de construção dos projetos políticos são colocados em segundo plano e na sequência as próprias instituições regulares de controle do poder. *Líder-promessa-povo* são componentes da relação direta operada e comandada pelas tecnologias das redes, quando os indivíduos se sentem vinculados por aquilo que lhes causa entusiasmo. A *homofilia* comanda as relações, as valorações e as decisões políticas. Fora do entusiasmo individual não há nem ética e nem política. Não poderia haver espaço político mais adequado ao exercício populista. A relação direta entre o líder e o povo (massa) dispensa todo esforço de discernimento e produz a eficiência da informação por si mesma verdadeira. Na lógica política infocrática (Han, 2021) a disruptura política pode ser construída sem as regras e percursos dos consensos clássicos e devolvida ao mundo *offline* como ordem pronta para o combate e a ação nas disputas eleitorais.

O populismo midiático segue o percurso construtivista das chamadas guerras híbridas (Korybko, 2018). A informação divulgada e repetida constrói a verdade e produz os efeitos políticos desejados pelos que comandam as máquinas de comunicação sem necessidade de lançar mão das estratégias clássicas das revoluções armadas. No mundo conectado pela informação a guerra da palavra tem eficiência máxima. Com as redes sociais em pleno funcionamento ela se torna autêntica *polis*, onde a fidelidade política é construída, alimentada e ampliada sem necessitar sequer das mídias clássicas. O real construído virtualmente se impõe como fato e regra e rompe com os padrões de verificação da verdade. Nessa

dinâmica, a psicologia do rumor (Allport-Postman, 1953) opera com sua lógica autossuficiente e com seu poder de agregar pelo medo e pela busca de salvação. As bolhas sociais são bolhas políticas, bolhas cognitivas e bolhas crentes. A convivência social agrega politicamente, instaura um modo de pensar e pressupõe a crença nas proposições veiculadas. Sem essa nova *polis* que Popper designaria “tribo” (1959, p. 15), o autoritarismo dos governos de ultradireita não teria a eficiência de acesso, permanência e operação no poder, como tem demonstrado as conjunturas pelo planeta afora. O fôlego da ultradireita com suas políticas autoritárias ainda se encontra sob o teste da história. Os últimos tempos têm mostrado, por um lado o “eterno retorno” desses regimes em pontos diversos do planeta (Kahhat, 2019) e, por outro, os novos modos de operação por meio das mídias e, sobretudo das redes sociais. As novas tribos virtuais têm conseguido instituir mundos políticos paralelos que vão assumindo uma posição cada vez influente – e até determinante – no mundo político instituído das repúblicas democráticas.

### 3. A morte legitimada

As perguntas que persistem: como a morte pode ser legitimada socialmente, sendo um risco para o próprio grupo social? Como a naturalização dos discursos de ódio pode subsistir politicamente, juridicamente no interior das regras e das estruturas do estado de direito que estruturam a vida política moderna? Se for verdade que a construção social de uma crise sem precedentes a ser superada desencadeia o medo e o anseio de uma mudança radical de cunho messiânico, essa construção exige fundamentos que legitime a ruptura necessária com o passado, a ruptura com os territórios do mal e a eliminação dos inimigos malignos. Essa polarização geral (escatológica) tem raízes éticas e religiosas; delata a fragilidade dos valores interiorizada por significativa parcela da população, bem como as justificativas religiosas para a normalização do ódio. A guerra cultural e as narrativas de ódio (Rocha, 2021) são eficazes e agregadoras, na medida em que são alimentadas por entidades messiânicas e legitimadas por fundamentos religiosos. É quando a morte vai sendo assimilada como tolerante, legítima e, por fim, necessária para a salvação do grupo que pode e deve viver e a eliminação dos inimigos.

No caso do Brasil, caberia, ainda, a pergunta: haveria, no fundo, uma teologia da intolerância e do ódio regendo de modo latente ou explícito os discursos que os divulgam pelo território social das mídias? Mas a resposta nos conduziria ainda para o exame da situação em que se encontra nosso estado de direito. Como as instituições brasileiras vêm a si mesmas como as últimas guardiãs de uma objetividade instituída de valores que garantem os direitos à diferença e à igualdade? A ordem legal entra em cena precisamente quando a vivência ética deixa de funcionar como norma regular da vida social. Como último bastião da vida comum o ordenamento jurídico preserva aquilo que garante a convivência e a continuidade do grupo. O esmorecimento da ordem jurídica é o sintoma mais agudo da dissolução política e ética de um grupo: o fim da vida comum e no fim do ciclo, o fim do humano como realidade fundante de toda convivência.

A origem desse paradoxo humano e social, contradição ética antagônica ao consenso moral, está relacionada, na raiz, a situações de crise que são igualmente construídas no âmbito do mesmo processo de construção social. Os remédios social e político do ódio, da intolerância e da morte são apresentados como solução da doença ou da crise aguda construída socialmente com seus inimigos a serem destruídos. O mecanismo da construção social explica aquilo que se mostra, de fato, incoerente, ilegal e irracional do ponto de vista dos valores e das instituições sociais e, até mesmo da evidência histórica e científica. Em outros termos, o incoerente pode adquirir legitimidade desde que socialmente construído.

Os autoritarismos seguem uma regularidade nesse processo de autoconstrução. Sua lógica é a de um sistema de crenças que vai sendo elaborado, divulgado e consolidado como verdadeiro, sem exigências científicas. É o mito que emerge como solução milagrosa de crise imensurável. Esse sistema de crença (Ingrau, 2015, p. 73-95) que exige fé e não racionalidade empírica e lógica costuma estruturar-se a partir de alguns elementos constitutivos:

- a) O antagonismo caos-cosmos

Os mitólogos já descreveram esse antagonismo constitutivo dos mitos de

origem. As cosmogonias são descritas como a ordem que vence o caos, a vida que vence a morte. Sem caos prevalece a rotina e a regularidade do mundo que segue seu curso. A exposição da oposição desse antagonismo original está presente nas mitologias da criação e adquire versões atualizadas nos processos políticos de reconstrução radical da realidade. Sem a instauração de uma luta radical não se legitimam processos de reconstrução da realidade e, por conseguinte, de eliminação do caos com seus agentes malignos e com sua força destrutiva. É possível perceber essa metafísica mítica sob as grandes crises a que os povos tomam consciência de estar enfrentando e sob as estratégias de legitimação da luta para vencer o mal com todas as armas possíveis e necessárias.

Portanto, a dicotomia cósmica *caos-cosmos* é uma estrutura fundante que se mostra em outras dicotomias que estruturam o real, a partir das dimensões histórica, social, político e cultural; emerge, assim, uma realidade dicotômica que distingue (cria dois mundos), opõe (dois mundos irreconciliáveis) e confronta (dois mundos em luta) em nome de uma vitória final do bem que superará o mal. Vida e morte constituem o centro de dois polos opostos, de forma que matar significa fazer a vida de um dos polos prevalecer sobre a morte que o outro provoca. Essa construção maniqueísta e escatológica é construída, na medida em que estabelece de forma sempre mais nítida as oposições entre o natural e o antinatural, o moral e o imoral, o viável e o inviável, o bem e o mal. Concretamente, as oposição tem sido delimitada como oposição entre salvação e ruína econômica, verdade e mentira política, corruptos e honestos, superiores e inferiores, heresia e verdade, heterossexuais e homossexuais, homens de bens e homens maus, militares e civis, capitalistas e comunistas, vagabundos e trabalhadores, estrangeiro e nativo e, no final, entre os de Deus e os do Demônio. Nesse esquema maniqueísta a morte se insere na lógica da vitória do bem sobre o mal, eliminar todas as expressões do mal – todos os inimigos que destruirão a economia e a velha ordem ocidental – é não somente necessário, mas também natural e autorizada por Deus.

A ruptura da rotina com a instauração da crise e dos culpados instaura o caos e a busca urgente de uma recriação radical da realidade justificada por todos os métodos. Uma morte radical e completa de todos exige e justifica a morte dos

inimigos para o que grupo sobreviva. O caos tem um responsável: por essa razão a indicação do inimigo é fundamental para que se possa oferecer a luta inevitável entre antagonista e protagonista. A luta entre o inimigo e o herói escreve a saga mítica das lutas cósmicas em busca da restauração. A distinção entre o endogrupo e o exogrupo, natural na espécie humana, adquire contornos polarizadores em conjunturas de crise. O grupo diferente é visto, então, como ameaça para o grupo dos iguais e torna-se inimigo a ser enfrentado e superado. A conhecida escala de Allport, elaborada no contexto do pós-guerra, ainda revela de modo lúcido essa dinâmica. A escalada da construção do inimigo a ser eliminado é descrita pelo psicólogo na seguinte sequência: a) Falar mal (hostilidade verbal contra grupos ou pessoas); b) Evitar o contato (territórios separados que evitam o contato físico); c) Discriminação (exclusão dos membros de grupo de ambientes e de direitos); d) Ataque físico (atos violentos contra indivíduos e grupos); e) Extermínio (linchamentos e programas de genocídio) (Allport, 1971, p. 29). Não se trata evidentemente da previsão de um roteiro inevitável, mas de uma tipologia que revela a lógica da violência socialmente construída e que justifica em graus e extensões a legitimidade da morte ao inimigo. A fase do extermínio não se instaura repentinamente, mas pressupõe uma escalada de construção do inimigo cujas bases mais elementares são efetivadas pela linguagem. Os rumores de ontem e de hoje têm papel fundamental na construção das polarizações com todas as suas consequências deletérias.

Segundo a sociologia de Berger (2003), a exposição da precariedade da realidade é ponto de partida dos processos de legitimação. As sociedades constroem seus valores, regras e instituições como meios de garantir as suas existências como coisa comum que deve ser vivenciada como objetividade por todos os indivíduos. A legitimação é o processo que visa dar coesão ao grupo de forma superar sua precariedade intrínseca. A experiência explícita da precariedade social leva a processos de novas legitimações que se mostram como alicerces seguros de uma nova ordem a ser construída, de forma a garantir a continuidade do grupo. A legitimação da morte que aqui está sendo verificada constitui, por certo, um caso extremo e obviamente contraditório quando se busca estipular como natural aquilo que pode por natureza dissolver o próprio grupo. Ela parece ocorrer nas sociedades polarizadas; forma extrema de salvar o

grupo de seus inimigos destruidores. A legitimação da morte é a institucionalização da guerra como caminho necessário de uma parte da sociedade que deve ser salva eliminando a outra parte. O inimigo construído como perigo de dissolução final – escatológica – da história instaura o regime de exceção moral, política e jurídica. A ideologia de segurança nacional construída na década de 1970 pela ditadura militar perseguia essa lógica.

O processo de construção social dessa dicotomia mítica adquire hoje um dinamismo sem precedentes. As redes sociais cumprem essa função de refundação cósmica com grande agilidade e eficiência, na medida em que oferecem leituras radicais, definitivas e permanentes da realidade, sem maiores exigências de verificação lógica e empírica. Mais eficientes que as lentas narrativas orais que construíam as grandes narrativas no passado, as redes sociais constroem a realidade em segundos e se expande com agilidade e eficiência os seus dogmas e suas imagens de mundo. O consenso social é construído nessa interação espontânea e radicalmente individualizada. Cada usuário torna-se imediatamente um sujeito inserido no processo de construção social da verdade, sendo que a mensagem se torna, de fato, sinônimo de verdade, dispensando qualquer critério de verificação científica. Peter Berger explica o processo de legitimação como uma construção daquilo que se torna um saber em uma determinada sociedade. Um grupo assume como uma verdade determinadas afirmações, embora essas não precisem ser teoricamente (eticamente) testadas como verdadeiras ou justas. A legitimidade é a própria ordem que se impõe como necessária em determinadas conjunturas. Por essa razão, as legitimações são na maioria das vezes pré-teóricas (2003, p. 42-43). Nas situações em o que o caos ameaça a sociedade por meio de um grande inimigo o ódio, a violência e a morte se tornam necessários e naturais. As legitimações não necessitam de verificabilidade, se impõem como saída verdadeira pelo fato de se mostrarem e serem cridas como necessárias. A construção social da legitimação não é construção científica. Nela mais vale o mito que a ciência, a origem absoluta que a verificação. Vale citar a observação de Hannah Arendt sobre essa lógica inerente à posição do que denomina totalitarismo:

[...] dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela

experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parece ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte (Arendt, 2000, p. 358).

O antagonismo caos-cosmos se instala como transfundo absoluto que tudo explica e que tudo divide entre o bem e o mal, ou, entre os do bem e os do mal e como conjuntura posta que será conduzida tão somente pelo herói investido da missão de superação do caos pela ordem, da crise pela solução. Essa ordem mais sentida que pensada e afirmada por uma profissão de fé prevalece até que se dissolva com o passar do tempo, com a exposição de suas precariedades internas ou com o fracasso do líder. Trata-se de uma ordem para ser crida e reproduzida por uma adesão emocional e fanática dos adeptos, na qual tudo se submete aos rumos determinados pelo líder, mesmo que esses rumos, muitas vezes, rompam com valores convencionais e com parâmetros de comportamento instituídos. O fluir mágico do projeto de superação do mal terá uma solução certa no final do processo.

#### b) A construção do Messias

A missão de fazer o bem vencer o mal rege os projetos políticos autoritários e impulsiona os objetivos, as metas e as estratégias dos heróis investidos de tal autoridade e competência de salvação. Já não se trata, na verdade, de uma competência verificada, mas, sim, autorizada por uma massa que concede ao líder o direito de reinar sobre si, com todos os direitos e sob a perspectiva de uma esperança redentora que configurará na história imediata a grande vitória. Nessa perspectiva, a verificabilidade lógica ou empírica das possibilidades de concretização dos projetos políticos não somente estão ausentes, mas, antes de tudo, não podem existir, sob pena de demitizar o herói com seu projeto; o herói e o projeto salvador são de natureza pré-racional, são instituídos como soluções eficazes por si mesmas que realizam o que promete pela simples razão de prometer. É o dom extraordinário que define a figura carismática, conforme explica Max Weber. Sem esse dom que excede qualquer exigência racional, o líder sequer existiria. Essa existência mítica dos heróis é a fonte da postura totalitária, uma vez que institui a palavra mágica, palavra que uma vez pronunciada se torna por si mesma verdade e eficaz por si mesma.

Um herói é construído como o personagem que encarna pessoalmente a luta entre o caos e o cosmos, entre o bem e o mal, entre o velho e o novo. O herói é aquele que vencerá o grande inimigo e conduzirá o grupo a uma nova ordem benéfica para todos. O líder é nesse sentido portador de uma verdade infalível que redimirá a história. Por certo, o ciclo descrito por Joseph Campbell, desvela um aspecto dessa construção, quando o personagem eleito como possível redentor segue um caminho que vai confirmando sua função heroica. Esse itinerário inclui, segundo o mitólogo, o chamado, a recusa, o auxílio sobrenatural, o afastamento e o retorno revestido de forças, como explica Campbell (1997). O herói é sempre submetido a alguma prova que o faz apto para a missão; ele tem acesso ao bem que advém desde sempre de uma região transcendente, do centro do mundo (Campbell, 1997, p. 43-46). O líder autoritário não pode, portanto, ser confundido com um simples impostor político que oprime um determinado grupo com seus desmandos. Embora ele possa ter um grupo opositor que assim o veja, é o legítimo representante de um projeto legitimado por uma parcela social (política ou cultural) que em determinado contexto lhe oferece confiança e apoio.

A construção social do herói opera pela sinonímia do personagem com o projeto. O personagem é o projeto, de forma que um não existe sem o outro. Essa identificação que em chave weberiana se poderia chamar de pré-moderna, permite ao líder executar seu projeto sem necessidade de prestar contas ao grupo, uma vez ser o portador da própria verdade e da salvação. No herói se crê, se aposta e se espera; jamais caberá duvidar de suas capacidades ou exigir provas de sua viabilidade e eficiência. Ao menos enquanto durar seu ciclo vital, antes que a rotina o desgaste no decorrer do tempo, ele goza dessa prerrogativa da confiança coletiva. O líder salvador do caos se identifica com a verdade e com a eficiência. Diz Hannah Arendt que: “A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou” (2000, p. 398).

Por sua natureza o mito é infalível e não morre. O mito encarnado se sustenta dessa pretensão de eternidade quando se afirma em suas pretensões de perenidade no poder. Por essa razão, as regras regulares da sucessão e alternância no poder não se aplicam a eles ou são negadas por golpes políticos. O fato é que o mito político uma vez instalado no poder goza de uma legitimidade absoluta que

o coloca acima das instituições históricas – então vistas como corrompidas - a serem superadas pela força mágica carisma do líder por um tempo indeterminado (Finchelstein, 2015). De fato, para o mito não há contagem de tempo; ao contrário, ele é executado em uma espécie de eterno que se historiciza em uma continuidade sem fim, explica mais uma vez Eliade (1999, p. 63-64). O messias político encarna em sua pessoa/projeto a própria lei da exceção no funcionamento do Estado; ele constitui a exceção necessária e legítima de onde brota a verdade sempre segura e infalível (Arendt, 2000, p. 398) De sua personalidade salvadora decorrem, por conseguinte, todas as exceções às rotinas e regras políticas instituídas. A necropolítica se mostra, assim, como um mecanismo naturalizado popularmente e não somente como um expediente exclusivo e isolado nas esferas do poder autoritário. Não há mito sem povo e, por conseguinte, não há política de morte sem uma construção populista. O ponto de chegada da necropolítica é negação do valor da vida e consolidação de uma cultura de morte que se impõe em nome de uma autoridade transcendente. A morte desejada por uma massa fanatizada revela o lado mais sombrio e perigoso de uma política da desvalorização do humano, ponto de chegada da negação do outro como perigo e inimigo.

### c) Os mecanismos de justificação da morte

A legitimação da morte segue um percurso construtivo que tem na base a polarização entre o caos e cosmos - entre endogrupo e exogrupo, entre os iguais e diferentes, entre amigos e inimigos – e como baluarte da esperança a figura do mito messiânico historicamente encarnado. Sobre essas bases se instalam os processos de justificação de todas as exceções, sendo a legitimação da morte a raiz de todas elas. A construção dessa legitimação vai do consenso social à institucionalização na forma da lei. A escala de Allport (1971) acima mencionada revela essa passagem da esfera do social, ao político e, na culminância, ao legal, quando a discriminação adquire fundamento jurídico e pode chegar ao extermínio. As políticas de morte não nascem por geração espontânea e nem pela força do maligno encarnado, mas pelo processo de construção social marcadamente populista, ou seja, na ligação direta do líder salvador com suas bases imediatas e diretas. Faz parte de um sistema de crença político que se fia no líder que se apresenta como promessa infalível de libertação.

A história humana é repleta de exemplos dessas naturalizações de valores que eram considerados antivalores por um determinado grupo. O judaísmo cuja lei fundante proibia matar assimilou penas de morte em seus próprios textos sagrados, o cristianismo nascido da lei radical do amor, incluiu em sua história posterior mecanismos violentos de tortura e de morte, as sociedades modernas edificadas sobre os direitos iguais colonizaram povos inteiros com violências institucionalizadas. Aquilo que era um vício ou uma condenação passa a ser suportado e, até mesmo, assumido como norma e necessário para o grupo. Normalmente as razões de fundo de uma rotinização são pragmáticas, concretamente econômicas. As crises econômicas constituem a mãe de todas as crises (Castells, 2018, p. 10) e desencadeiam na proporção de suas gravidades os processos de legitimação do que era ilegítimo ou estranho ao grupo. Em tempos de sociedade hiperconsumista (Lipovetsky, 2007) os impactos individualizados da crise são mais agudos e tocam diretamente nos sentimentos de cada consumidor acostumados às rotinas de bem-estar. Por essa razão, as crises desencadeiam de modo direto o medo e a insegurança e, por conseguinte, as buscas de solução imediatas. O hiperconsumismo/hiperindividualismo são canteiros férteis para a germinação de promessas de bem-estar e de salvação de todo mal-estar iminente. Se essa premissa é verdadeira, explica-se a tendência da classe média em se aliar aos líderes autoritários salvacionistas. O medo do mal-estar encarna, por certo, o modo atual de reeditar os medos mais arcaicos que habitam a alma humana desde os primórdios. O fantasma – real ou fictício – do inimigo que ameaça a estabilidade do *endogrupo* transforma o *exogrupo* até então nada mais que um diferente pacífico em um perigo a ser de algum modo eliminado (Allport, 1971, p. 29; Williams, 2021).

No processo de distinção e oposição do *endogrupo* em relação ao *exogrupo* como perigo a ser eliminado, o *endogrupo* constrói para si mesmo as justificativas e as estratégias – morais, políticas e até mesmo religiosas – para justificar a morte do inimigo como legítima e necessária. É quando aquilo que se apresenta como seguro/vantajoso para o grupo tende a ser gradativamente assimilado como natural, mesmo que antes não o fosse ou, até mesmo, constituísse uma imoralidade. De modo tipológico, podem-se desenhar os seguintes passos nesse processo de legitimação: 1º) o *inevitável*: as circunstâncias históricas ou

existenciais não podem evitar e resta como atitude a resignação e, em muitos casos, a justificativa da fatalidade; 2º) Em seguida como o *necessário*: as mesmas circunstâncias assimilam a exceção por se mostrar como uma espécie de mal necessário para aquele momento: um mal menor para evitar o mal maior, uma aliança estratégica com o inimigo, uma guerra justa etc; 3º) como *normalidade*: assimilação do antivalor como algo que já se torna normal, seja por meio de uma indiferença coletiva ou de discursos naturalizadores da exceção; é quando uma violência se torna normal; 4º) como *costume*: resultado final que regulariza aquilo que era antivalor, na forma de um hábito ou de uma norma que se institucionaliza e chega a ser um valor; 5º) como *tradição*, costume que vai sendo repassado de geração em geração pelos mecanismos reprodutores da cultura: a educação espontânea ou sistemática, a linguagens, as leis; 6º) Ou como *projeto político* que visa administrar o que já está assimilado ou ao menos divulgado como valor para o grupo; 7º) Ou, ainda, como *lei* que se impõe para todos como normal, como no caso das antigas leis racistas praticadas pelos Estados Unidos e África do Sul.

Mbembe sintetiza essa naturalização nos seguintes termos: “... o poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade” (2017, p. 65).

Nesse “gênero de reversão entre a vida e a morte”, as naturalizações de antivalores ocorrem por meio de linguagens diversas: do verbal que cria consensos narrativos e vai disseminado o preconceito, de rituais que sustentam, estimulam e agregam os sentimentos coletivos, de discursos “teóricos” (filosofias, teodiceias, teologias e “ciências”) que ontologizam o histórico e de leis políticas que transformam as políticas de medo e de discriminação em lei a ser seguida e executada. Conclusão: “Aos seus olhos, o crime é parte fundamental da revelação, e a morte de seus inimigos, em princípio não possui qualquer simbolismo” (Mbembe, 2017, p. 65).

Em nossos dias, a construção de narrativas das mais diversas naturezas conta com a tecnologia das redes sociovirtuais, meios eficazes que fazem a palavra reproduzida se tornar verdade. A velha “psicologia do rumor” estudada

por Allport e Postman, ainda na década de 1940<sup>7</sup>, adquire uma atualidade surpreendente e assustadora. Os autores definem o rumor como “uma proposição específica para crer, que se passa de pessoa a pessoa, de modo geral oralmente, sem meios probatórios seguros para demonstrá-la” (1953, p. xi). *Crença => transmissão direta => sem meios de comprovação* são os itens que compõem a regra da reprodução do rumor. O que é transmitido para ser crido dispensa comprovação e, por essa razão, é transmitido como verdade. O passo seguinte da crença acolhida e da verdade assumida é a guerra psicológica que se conclui com o tumulto e a violência (1953, p. 50).

A mesma lógica da construção eficiente do boato que vai se tornando verdade e que sustentou popularmente os nazifascismo funciona agora de modo por meio das redes, adquirindo uma dimensão assustadora, na medida em que não conhece mais os antigos limites de tempo e de espaço para a circulação das mensagens. As construções sociais são instantâneas e demograficamente ilimitadas. O simples toque digital dispara a mensagem para os pares agregados nas redes; pensa-se com os dedos e não com a cabeça. Além do mais, a tecnologia dos algoritmos se encarrega não somente de reproduzir as mensagens que se apresentam por si mesmas como verdadeiras, mas de direcioná-las aos sujeitos afinados a conteúdos específicos (Empoli, 2020). Os mecanismos da reprodução social foram robotizados e se encontram nas mãos de grupos interessados em divulgar determinados conteúdos. Do ponto de vista ritual, as grandes propagandas populistas necessitam de eventos capazes de excitar as massas por meio de promessas escatológicas infalíveis e, até mesmo, de rituais que antecipam as promessas em gestos específicos (as grandes concentrações e marchas políticas, os gestos de protestos violentos) e oferecem soluções simbólicas para o grupo tomado pelo medo e pela promessa de salvação. O rito do bode expiatório se mostra emblemático na realização dessa função catártica popular, como explicou René Girard (Girard, 1990; 2004). A vítima expiatória leva consigo as maldades dissolvidas na sociedade. A cada rito de expiação que mata sempre de novo o inimigo do povo, a massa amedrontada e ávida de salvação se refaz em seus sentimentos de esperança e louva o executor da vítima, mediador entre a divindade e o povo. Se a teoria girardiana explica com perspicácia o mecanismo

---

<sup>7</sup> Original em inglês *The psychology of rumor* de 1947.

da expiação como controle da violência por meio da substituição da vítima humana pela vítima animal, ela ilumina ao mesmo tempo a percepção do retrocesso inerente aos regimes necropolíticos que instauram a morte sem substituições simbólicas. A morte legitimada/executada é um mecanismo que elimina diretamente o humano sem limites rituais, éticos ou legais. O retrocesso civilizacional é, mais uma vez, exposto pelo sistema teórico girardiano que insiste na sobrevivência da violência primordial como fundadora de toda ordem cultural e institucional (Girard, 1990, p. 13-55). As sociedades matam sempre de novo. O retorno ao mítico suprime a ordem estabelecida pela moral e pela lei e instaura os mecanismos legítimos (porque necessários) de execução da ordem primordial perfeita que mata os maus para salvar os bons. O bem encarnado e onipresente na pessoa e nas ações dos predestinados por Deus a salvar a pátria só pode ser executado eliminando todos os oponentes de forma simbólica ou física para que o reino se instaure. Essa ideia messiânica fixa basta por si mesma, para além de sua factualidade em termos de projeto político.

### **Considerações finais**

A legitimação da morte causa repugnância e indignação somente para os que prezam a ordem moral e legal instituída como valor cada vez mais intocável pelas grandes tradições religiosas e pelas civilizações modernas (Pinker, 2013). Nesses regimes construídos na longa temporalidade, matar é pecado e crime susceptíveis a sanções divinas e legais. Ainda que esse constitua um ideal ético em débito com a história, a vida é adotada como parâmetro para a convivência humana nas diversas esferas sociais e matar foi compreendido cada vez mais como exceção. Contudo, a naturalização da morte revela-se como um processo que se instala sem maiores dificuldades nos regimes autoritários de sempre e obtém exitosamente apoios de parcelas expressivas da sociedade, parcelas bem designadas como massa. A noção de necropolítica permite desvendar os mecanismos de morte implícitos nas relações de domínio entre os povos e nações em tempos de exceção como no caso das colonizações e guerras e tempos de domínio regular de governos imperialistas. Com efeito, os regimes autoritários executam a morte como parte de seu projeto de purificação política de modo explícito, seja como narrativa de ódio, seja como política pública. O consenso

necropolítico faz parte desses regimes e edifica um mundo paralelo que avança na busca de um consenso generalizado, na medida em que o medo é plantado como sentimento comum. As execuções sacrificiais dos bodes expiatórios continuam fundando as sociedades explica a grande narrativa girardiana. Para messianismos teocráticos de ontem e de hoje, a morte faz parte da rotina do poder que pretende construir o reino perfeito na terra, livrando-se de todos os inimigos. O enredo adotado é o de um grande ritual político-sacrificial destinado a salvar o grupo da extinção (Necropolítica ⇔ necrossacrifício). A necropolítica traduz esse ideal trans-histórico instaura o reino dos convictos que vão compondo bolhas autorreferenciadas para as quais a ideia repetida e reproduzida já constitui a realidade almejada. Afinal não é outra a função de todo rito: realizar o que promete. A salvação prometida tem como fundamento uma lei suprema que dispensa os consensos e as leis positivas, lei que pode estar inscrita na natureza ou advir do próprio Deus. Obediente unicamente a essa lei suprema, o líder autoritário exerce seu poder supremo junto às massas entre arroubos messiânicos e estratégias políticas, sem compromissos com as regras do jogo democrático.

Para as massas e seu líder o tempo anunciado já é tempo realizado e só não se completou plenamente por culpa dos oponentes representantes do mal. As redes virtuais possibilitam de modo excelente a construção desse populismo ao repetirem com agilidade indescritível sua máxima messiânica, mas, sobretudo, ao possibilitarem a construção de um território paralelo ao do mundo civilizado instituído por ordenamentos morais e legais. Nesse território maniqueísta a morte pode ser adotada como norma, gesto e rito; em suma, como ação reparadora de todos os males.

O processo civilizatório não somente construiu as instituições que foram eliminando a morte de seus mecanismos, mas ao mesmo tempo distinguiu e separou cada vez mais os territórios da ação mítica e da ação política. Os tempos modernos deram o acabamento final para essa grande separação. As instituições modernas não combinam com as encarnações míticas que, por se apresentarem como salvação, exercem um poder supremo que decide sobre a vida e a morte.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALLPORT, Gordon W. **La naturaleza del prejuicio**. Buenos Aires: EUEBA, 1971.
- ALLPORT, Gordon; POSTMAN, Leo. **Psicologia del rumor**. Buenos Aires: Editorial Psique, 1953.
- ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**; análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- ARENDT, Hanna. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1997.
- DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**. Nova direita e bolsonarismo: bastidores, personagens e chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- DULCE, M. José F; D'AMBROSIO, Marcelo J. **Neofascismos e o capitalismo do 1%**. São Paulo: Tirant do Brasil, 2020.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**; a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Autêntica, 2020.
- FINCHELSTEIN, Federico. **El mito de fascismo**: de Freud a Borges. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2015.
- FREUD, Sigmund. Por que a guerra? **Obras completas**, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Unesp/Paz e Terra, 1990.
- GIRARD, René. **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia**; digitalização e crise democrática. Petrópolis: Vozes, 2021.
- INGRAU, Christian. **Crer & Destruir**: os intelectuais na máquina de guerra da SS nazista. Rio de Janeiro, 2005.

KAHHAT, Farid. **El eterno retorno**; la derecha radical em el mundo contemporâneo. Lima: Crítica, 2019.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**; ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achile. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achile. **Necropolitics**. Durham and London: Duke University Press, 2019.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022.

PASSOS, J. Décio. **No lugar de Deus**; ensaios (neo)teocráticos. São Paulo: Paulinas, 2021.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2023.

PINKER, Steven. **Os anjos bons de nossa natureza**; por que a violência diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POPPER, Karl. **A sociedade democrática e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

ROCHA, João C. de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**; crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

WILLIAMS, Matthew. **A ciência do ódio**; a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam o futuro da sociedade humana. Rio de Janeiro: Globolivros, 2021.